



ESTADO DE MATO GROSSO  
**Prefeitura Municipal de Salto do Céu**

LEI Nº 030/88

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRA-  
TAR EMPRÉSTIMO COM A CODEMAT. À CON-  
TA DO FADEM PARA OS FINS QUE MENCIO-  
NA.**

O Prefeito Municipal de Salto do Céu-MT, no uso das atribuições legais. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar com a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT. em empréstimo até o limite de Cz\$ 5.000.000,00 ( Cinco Milhões de Cruzados) à conta dos recursos do FADEM, o que se refere a Lei nº 3.669, regulamentada pelo Decreto nº 456, de 16 de Fevereiro de 1.976.**

**Artigo 2º - Os recursos de financiamento ora autorizado serão aplicados exclusivamente na implantação de Estradas Vicinais.**

**Artigo 3º - O prazo de amortização do empréstimo a que se refere esta Lei, não será inferior a 06 (seis) anos, nem o prazo de carência inferior a 06 (seis) meses.**

**Artigo 4º - As condições de juros, taxas e comissões que incidirem sobre a operação autorizada por esta Lei serão objeto de acordo entre o Prefeito Municipal e a CODEMAT.**

**Artigo 5º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a:**

1. Abrir no corrente exercício os créditos adicionais / necessários para garantir a cobertura das despesas do corrente da assinatura do contrato a que se refere no artigo 43 e seus parágrafos da Lei 4.320 de 17 de março de 1.964.

2. Consignar nos futuros orçamentos, dotação específicas para atendimento das despesas de amortização e demais encargos decorrentes da mesma operação.

3. Abrir crédito especial, à conta dos recursos provenientes do empréstimos contratado para atendimento específico das despesas com implantação de Estradas, a que se refere o artigo 2º desta Lei.

4. Outorgar à CODEMAT procuração irretratável e irrevogável para receber junto ao BEMAT ou a outro Órgão que substitua, as parcelas / que couberem ao Município no produto da arrecadação do imposto sobre Circulação de Mercadorias I.C.M. no valor suficiente para cobertura das amortizações

*R. J. J. J.*



ESTADO DE MATO GROSSO  
Prefeitura Municipal de Salto do Céu

1974 12 30/8

ANTUNAS O POBRE EXECUTIVO A CÂMARA  
DE VEREADORES POR A CÂMARA. A CÂMARA  
DE VEREADORES POR A CÂMARA. A CÂMARA  
DE VEREADORES POR A CÂMARA.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, no uso das atribuições legais. Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar com a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CDEMAT, um empréstimo até o limite de R\$ 5.000.000,00 (Cinco Milhões de Cruzados) à conta dos recursos do FPM, o que se refere a Lei nº 3.000, regulamentada pelo Decreto nº 456, de 16 de Fevereiro de 1976.

Artigo 2º - Os recursos de financiamento ora autorizados serão aplicados exclusivamente na implantação de Estradas Vicinais.

Artigo 3º - O prazo de amortização do empréstimo a que se refere esta Lei, não será inferior a 05 (cinco) anos, nem o prazo de carência inferior a 05 (cinco) meses.

Artigo 4º - As condições de juro, taxa e comissões que incidirem sobre a operação autorizada por esta Lei serão objeto de acordo entre o Prefeito Municipal e a CDEMAT.

Artigo 5º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a:

1. Abrir no corrente corrente os créditos adicionais necessários para garantir a cobertura das despesas de corrente do contrato a que se refere no artigo 4º e seus parágrafos da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

2. Fornecer nos Rôlulos orçamentários, dotação específica para atendimento das despesas de amortização e demais encargos decorrentes da operação.

3. Abrir crédito especial, à conta dos recursos provenientes do empréstimo contratado para atendimento específico das despesas com implantação de Estradas, a que se refere o artigo 2º desta Lei.

4. Outorgar à CDEMAT procuração irrevogável e intransferível para receber junto ao BCB ou a outro órgão que substitua, as parcelas que couberem ao Município no produto da arrecadação do imposto sobre Circulação de Mercadorias I.C.M., no valor suficiente para cobertura das amortizações

Blum

cont...




ESTADO DE MATO GROSSO

## Prefeitura Municipal de Salto do Céu

taxas, comissões, juros e demais encargos decorrentes das obrigações contratuais assumidas pela Prefeitura.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários.

Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, aos 21 (vinte e um) dias do mês de Janeiro de 1.988.

  
\_\_\_\_\_  
Antides Barbosa da Silveira  
Prefeito Municipal  
CIC 102.492.594-72

cont...




ESTADO DE MATO GROSSO

## Prefeitura Municipal de Salto do Céu

taxas, contribuições, juros e demais encargos decorrentes das obrigações contratuais assumidas pela Prefeitura;

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Salto do Céu, aos 21 (vinte e um) dias do mês de Janeiro de 1976.

  
Aivaldes Barbosa da Silveira  
Prefeito Municipal  
CIC 108.488.891-72



ESTADO DE MATO GROSSO  
**Prefeitura Municipal de Salto do Céu**

L E I Nº 0031/88

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A  
CRIAR A TELEVISÃO COMUNITÁRIA MUNICIPAL  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Salto do Céu-MT. Sr. ATAÍDES BARBOSA DA SILVEIRA, faço saber que a Câmara Municipal de Salto do Céu-MT, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a / criar a TELEVISÃO COMUNITÁRIA MUNICIPAL, que terá por objetivos:

- a) - Veiculação de notícias e informações, mesmo que publicitárias, de interesse comunitário e de caráter local;
- b) - Veiculação dos valores inerentes à cultura ou ao bem estar individual e / coletivo, visando ao aprimoramento e consolidação da vida comunitária;
- c) - Veiculação de programas educativos outtéconicos em complementação ou suple mentação à educação oferecida pelo Município.

Artigo 2º - A TELEVISÃO COMUNITÁRIA MUNICIPAL será Adminis- trada por um CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO composto por três elementos, sendo um / representante da Prefeitura Municipal, um representante da Câmara de Vereado- res e um representante do Conselho Municipal do Desenvolvimento. No prazo de / 90 (noventa) dias deverá ser apresentado ao plenário da Câmara para aprovação o regulamento da Televisão Comunitária e do Conselho de Administração.

Artigo 3º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a / contratar serviços e especializados que se tornarem necessários à Constituição Legislação, concessão de canal e instalação bem como operação e manutenção da Televisão Comunitária Municipal.

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a / firmar contrato com rede nacional de Televisão para cumprimento do que determi na o item 4º da Portaria nº 81, de 31/03/86, do Ministério das Comunicações.

Artigo 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a / abrir, no presente exercício, crédito suplementar especial no valor de CZ\$. / 1.200.000,00 ( Um Milhão e Duzentos Mil Cruzados) para atender despesas de / instalação, construção do prédio, operação e manutenção da Televisão Comunitá- ria.

Artigo 6º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a / adquirir equipamentos que se fizerem necessários para instalação da emissora / receptora da Televisão Comunitária do Município. Fixado o prazo de 90 (noventa) dias para apresentação do Projeto da TV COMUNITÁRIA e consequente aprovação pe lo Legislativo Municipal.

*Ataídes Barbosa*



ESTADO DE MATO GROSSO

## Prefeitura Municipal de Salto do Céu

L E I Nº 0031/86

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A  
CRIAR A TELEVISÃO COMUNITÁRIA MUNICIPAL  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal do Salto do Céu-MS, Sr. ARAIDES BARDO-  
SA DA SILVA, faz saber que a Câmara Municipal do Salto do Céu-MS, aprovou  
e eu sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a /  
criar a TELEVISÃO COMUNITÁRIA MUNICIPAL, que terá por objetivos:

- a) - Veiculação de notícias e informações, mesmo que publicitárias, de interesse  
comunitário e do cântor local;
- b) - Veiculação dos valores inerentes à cultura ou ao bem estar individual o /  
coletivo, visando ao aprimoramento e consolidação da vida comunitária;
- c) - Veiculação de programas educativos autôctônicos em complementação ou suple-  
mentação à educação oferecida pelo Município.

Artigo 2º - A TELEVISÃO COMUNITÁRIA MUNICIPAL será Adminis-  
trada por um COMITÊ DE ADMINISTRAÇÃO composto por três elementos, sendo um /  
representante da Prefeitura Municipal, um representante da Câmara de Vereado-  
res e um representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento. No prazo de /  
90 (noventa) dias deverá ser apresentado ao plenário da Câmara para aprovação  
o regulamento da Televisão Comunitária e do Conselho de Administração.

Artigo 3º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a /  
contratar serviços e especialidades que se tornarem necessários à Constituição  
legislação, concessão do canal e instalação bem como manutenção e manutenção da  
Televisão Comunitária Municipal.

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a /  
firmar contrato com rede nacional de Televisão para cumprimento do que determi-  
na o item 4º da Portaria nº 51, de 31/03/86, do Ministério das Comunicações.

Artigo 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a /  
abrir, no presente exercício, crédito suplementar especial no valor de R\$ 1.200.000,00 ( Um Milhão e Duzentos Mil Cruzados) para atender despesa de  
instalação, construção do prédio, operação e manutenção da Televisão Comunitá-  
ria.

Artigo 6º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a /  
adquirir equipamentos que se fizerem necessários para instalação da emissora,  
recuperação da Televisão Comunitária do Município. Fixado o prazo de 90 (noventa)  
dias para apresentação do Projeto da TV COMUNITÁRIA e consequente aprovação pe-  
lo Legislativo Municipal.

Adm...



Cont...

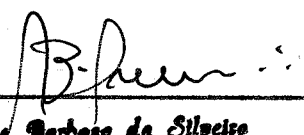
ESTADO DE MATO GROSSO  
**Prefeitura Municipal de Salto do Céu**

Artigo 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a requerer junto ao DENREL, licença para executar serviços da transmissão de TV.

Artigo 8º - Os recursos para cobertura dos investimentos decorrentes da implantação da Televisão Comunitária correrão por / conta Dotação Habitação Urbanismo código nº 3.1.3.2.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de / sua publicação, revogadas as disposições em contrários.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Céu-MT,  
aos 20 (vinte) dias do Mês de Janeiro de 1.988.

  
\_\_\_\_\_  
**Ataides Barbosa da Silveira**  
Prefeito Municipal  
CIC 103.483.591-76



Cont...

ESTADO DE MATO GROSSO


## Prefeitura Municipal de Salto do Céu

Artigo 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizando a requerer junto ao ~~DETRAN~~, licença para executar serviços de transmissão de TV.

Artigo 8º - Os recursos para cobertura dos investimentos decorrentes da implantação da Televisão Comunitária correrão por / conta Dotação Habitação Urbana código nº 3.1.3.2.

Artigo 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Céu-MT,  
nos 20 (vinte) dias do Mês de Janeiro de 1988.

  
Ataide Barbosa da Silveira  
Prefeito Municipal  
CIC 108.488.001-72





ESTADO DE MATO GROSSO  
Prefeitura Municipal de Salto do Céu

TV COMUNITÁRIA

- Custos Estimados -

Doação do Estado:

1	Ilha de Edição JVC/VHS .....	Cz\$	500.000,00
1	Câmara externa VHS.....	Cz\$	120.000,00
1	Câmara de estúdio.....	Cz\$	100.000,00
1	PG (Mesa de Comando).....	Cz\$	250.000,00
2	Transcoders externos.....	Cz\$	50.000,00

Cursos de Formação:

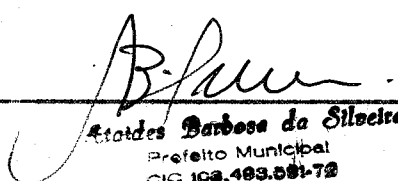
-	Câmara ( operadores)		
-	Editores		
-	Sonoplastas		
-	Estúdio (operadores).....	Cz\$	80.000,00
Projetos	Técnicos.....	Cz\$	120.000,00

TOTAL.....Cz\$ 1.200.000,00

Prefeituras:

1	Sistema de recepção/transmissão.....	Cz\$	700.000,00
1	Prédio da emissora.....	Cz\$	500.000,00

TOTAL.....Cz\$ 1.200.000,00

  
Atalides Barbosa da Silveira  
Prefeito Municipal  
CIC 103.493.581-72



ESTADO DE MATO GROSSO  
Prefeitura Municipal de Salto do Céu

II ADMINISTRAÇÃO

- Custos Estimados -

Despesa do Estado:

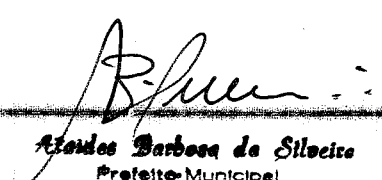
1	Filha de Edição JVC/VIB .....	Gst	500.000,00
1	Câmara exterior VIB .....	Gst	120.000,00
1	Câmara de câmbio .....	Gst	100.000,00
1	CG (Mesa de Comando) .....	Gst	250.000,00
2	Conexões externas .....	Gst	50.000,00

Curiosos de Formação:

- Câmara ( operadores )		
- Editores		
- Sonoplastas		
- Estúdio ( operadores ) .....	Gst	80.000,00
Projetos Técnicos .....	Gst	120.000,00
		<hr/>
TOTAL .....	Gst	1.270.000,00

Projetos:

1	Sistema de recepção/transmissão.....	Gst	700.000,00
11	Edifício da emissora.....	Gst	500.000,00
TOTAL.....		Gst	1.200.000,00

  
Alzides Barbosa da Silveira  
Prefeito Municipal  
CIC 102.483.081-72



Estado de Mato Grosso

## Prefeitura Municipal de Salto do Céu

LEI Nº 0032/88

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CELEBRAR /  
CONVÊNIO COM O DERMAT/SEFAZ E VINCULAR  
PARCELA DE ARRECADAÇÃO DO MUNICÍ-  
PIO, NO CASO QUE ESPECIFICA.


A Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso apro-  
vou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convê-  
nio com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso - DERMAT.  
e a Secretaria de Fazenda - SEFAZ, visando a pavimentação de 20.000 m<sup>2</sup> ( vinte'  
Mil metros Quadrados) de vias urbanas.

Artigo 2º - Em decorrência do Convênio que trata o Art. 1º des-  
ta Lei, fica autorizado o Poder Executivo oferecer, até o limite de 20.000 (vin-  
te Mil) OTNS's, parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM, Fundo  
de Participação dos Municípios - FPM e Imposto sobre Veículos Auto-motores - /  
IPVA, para honrar os compromissos advindos do citado Convênio.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação  
revogando as disposições em contrários.

Prefeitura Municipal de Salto do Céu Estado de Mato Grosso, aos  
21 (vinte e Um) dias do mês de Novembro de 1.988.

  
ATALIDES BARBOSA DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal.



Estado de Mato Grosso

## Prefeitura Municipal de Salto do Céu

LEI Nº 0033/88

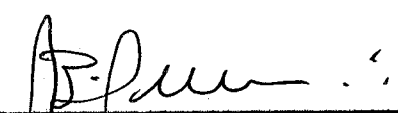
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR  
A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA O LIMITE DE //  
50% DA RECEITA ESTIMADA.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu,  
Estado de Mato Grosso, Sr. ATAÍDES BARBOSA DA SILVEIRA, faço saber que a Câmara Municipal de Salto do Céu aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer suplementação da Dotação Orçamentária no corrente exercício o valor de mais 50% (cinquenta por cento) do total da receita, usando os recursos disponíveis e definidos pela Lei Federal 4.320/64.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Salto do Céu,  
Estado de Mato Grosso, aos 08 (oito) dias do mês de Dezembro de 1.988.

  
ATAÍDES BARBOSA DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal.



Estado de Mato Grosso

## Prefeitura Municipal de Salto do Céu

LEI Nº 0033/88


AUTORIZA O PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR  
A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA O LIMITE DE //  
50% DA RECEITA ESTIMADA.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu,  
Estado de Mato Grosso, Sr. ATAÍDES BARBOSA DA SILVEIRA, faço saber que a Câmara Municipal de Salto do Céu aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer suplementação da Dotação Orçamentária no corrente exercício o valor de mais 50% (cinquenta por cento) do total da receita, usando os recursos disponíveis e definidos pela Lei Federal 4.320/64.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Salto do Céu,  
Estado de Mato Grosso, aos 08 (oito) dias do mês de Dezembro de 1.988.

  
ATAÍDES BARBOSA DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal.



Estado de Mato Grosso

## Prefeitura Municipal de Salto do Céu

LEI Nº 0034/88

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICI-  
PIO DE SALTO DO CÉU, PARA O EXERCÍCIO FINANCE-  
IRO DE 1.989.....

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr  
ATAIDES BARBOSA DA SILVEIRA, faço saber que a Câmara Municipal de Salto do Céu /  
aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Orçamento Financeiro do Município para o exercício  
financeiro de 1.989, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Re-  
ceita em Cz\$ 746.672.750,00 (Setecentos e Quarenta e Seis Milhões Seiscentos e Se-  
tenta e Dois Mil e Setecentos e Cinquenta Cruzados), e fixa a Despesa em igual im-  
portância.

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de  
tributos, rendas e outras Receitas, correntes e de Capital, na forma de legisla-  
ção vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

01. RECEITAS CORRENTES.....	Cz\$ : 654.622.750,00
1100 - Receita Tributária.....	Cz\$ 2.200.000,00
1300 - Receita Patrimonial.....	Cz\$ 20.000,00
1700 - Transferências Correntes.....	Cz\$ 652.032.750,00
1900 - Outras Receitas Correntes.....	Cz\$ 370.000,00
02. RECEITAS DE CAPITAL.....	Cz\$ : 238.500.000,00
2100 - Operações de Créditos.....	Cz\$ 50.000.000,00
2200 - Alineação Bens Mób. Imóveis.....	Cz\$ 20.000.000,00
2400 - Transferências Capital.....	Cz\$ 22.050.000,00
TOTAL DA RECEITA.....	Cz\$ : 746.672.750,00

Artigo 3º - A despesa será realizada segunda as categorias, /  
que apresentam o seguinte desdobramento por elemento:

3111 - Pessoal Civil.....	Cz\$ 106.000.000,00
3113 - Obrigações Patronais.....	Cz\$ 8.000.000,00
3120 - Material de Consumo.....	Cz\$ 236.000.000,00
3130 - Serviços de Terceiros Encargos.....	Cz\$ 98.000.000,00
3190 - Diversas Desp. de Custeio.....	Cz\$ 8.000.000,00
3191 - Setença Judiciária.....	Cz\$ 1.000.000,00
3192 - Despesas Exerc. Anterior.....	Cz\$ 6.910.000,00
3220 - Transf. Intergovernamentais.....	Cz\$ 19.408.000,00
3231 - Subvenções Sociais.....	Cz\$ 2.000.000,00

*Definição:*



Estado de Mato Grosso

## Prefeitura Municipal de Salto do Céu

3250 - Transfer. a Pessoas.....Cz\$	3.854.750,00
3255 - Assist. Médica Hospitalar.....Cz\$	4.000.000,00
3260 - Encargos Dívida Interna.....Cz\$	6.000.000,00
3280 - Contribuição ao PASEP.....Cz\$	3.000.000,00
3290 - Div. Transf. Correntes.....Cz\$	2.000.000,00
4110 - Obras e Instalações.....Cz\$	175.000.000,00
4120 - Equip. Mater. Permanente.....Cz\$	57.500.000,00
4210 - Aquisição de imóveis.....Cz\$	5.000.000,00
4350 - Amort. Dívida Interna.....Cz\$	5.000.000,00

TOTAL DAS DESPESAS..... Cz\$ 746.672.750,00

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar Operações de Créditos por antecipação da RECEITA até o limite de 25 % / ( Vinte e Cinco por cento ) da Receita estimada, de acordo com o artigo 67, da / emenda Constitucional nº 01, de 17 de outubro de 1.969.

Artigo 5º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementares até o limite de 50 % (Cinquenta por cento) da despesa, nos termos do artigo 7º da Lei nº 4.360/64 e servindo como recursos constantes do artigo 43.

Artigo 6º - Esta Lei, entrará em vigor na data de 1º de Janeiro de 1.989, revogadas as disposições em contrários.

Prefeitura Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, aos 06 (seis) dias do mês de Dezembro de 1.988.

ATAIDES BARBOSA DA SILVEIRA.

Prefeito Municipal.



Estado de Mato Grosso

## Prefeitura Municipal de Salto do Céu

LEI Nº 0035/88

### "REGULARIZA A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DE SALTO DO CÉU - MT".

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. ATAÍDES BARBOSA DA SILVEIRA, faço saber que a Câmara Municipal de Salto do Céu-MT, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a regularizar a situação Fundiária dos imóveis situados no perímetro urbano e sub-urbano da cidade de Salto do Céu - MT.

Artigo 2º - Para efeito desta Lei, fica o Poder executivo autorizado a ortorgar as respectivas cartas de aforamento ou outre qualquer instrumento de transferências de posse e domínio, instituídas na legislação vigente que regula a matéria.

Artigo 3º - Os critérios de transferências e demais regulamentos serão baixados por Decreto pelo executivo no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei será coberto por recursos e dotações existentes no Orçamento Vigente.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários.

Prefeitura Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, aos 12 (doze) dias do mês de Dezembro de 1.988.

  
ATAÍDES BARBOSA DA SILVEIRA

Prefeito Municipal.





Estado de Mato Grosso

## Prefeitura Municipal de Salto do Céu

L. 21 DE 0035/88

"REGULAMEN-TO A SITUA-ÇÃO FUNDIÁRIA DE SAL-  
TO DO CÉU - MT".

O Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. APARECIDO BARBOSA DA SILVA, faz saber que a Câmara Municipal de Salto do Céu-MT, aprovou e em sanciona a seguinte lei:

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a regularizar a situação Fundiária dos imóveis situados no perímetro urbano e sub-urbano da cidade de Salto do Céu - MT.

**Artigo 2º** - Para efeito desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a expedir as respectivas cartas de aforamento ou outro qualquer instrumento de transferências de posse e domínio, instituídas na legislação vigente que regula a matéria.

**Artigo 3º** - Os critérios de transferências e demais regulamentações serão baixados por Decreto pelo executivo no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta lei.

**Artigo 4º** - As despesas decorrentes da execução da presente lei serão cobertas por recursos e dotações existentes no Orçamento Vigente.

**Artigo 5º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, aos 12 (doze) dias do mês de Dezembro de 1988.

APARECIDO BARBOSA DA SILVA

Prefeito Municipal.